

A Real Academia Espanhola nos prólogos de seus dicionários: imagens de si e do outro¹

Angela Marina Chaves Ferreira (UERJ)

Apresentação

Nosso enfoque de estudo se centra nos dicionários de língua espanhola elaborados pela Real Academia Espanhola de Língua (RAE), tomando especificamente as páginas introdutórias desses documentos que, através de nomes distintos, apresentam ao leitor a obra lexicográfica. Tais aberturas levam os títulos “prólogos”, “preâmbulos”, “advertências”, ou, ainda, *al lector* e relatam os percursos de trabalho da Academia, informam sobre momentos históricos e políticos em que se inserem temporalmente as edições, justificam procedimentos, explicitam os objetivos do dicionário acadêmico, tecendo várias possibilidades de “mostrar” a obra ao público.

Faz-se necessário justificar a escolha desses dicionários de língua e não outros quaisquer que estão disponíveis num mercado editorial reconhecivelmente amplo. Para atingir tal objetivo, apresentamos a trajetória da RAE no mundo hispânico e procuramos fazer uma reflexão sobre o organismo que avaliza tais obras lexicográficas. Em seguida, efetuamos a análise de trechos de prólogos de dois dos primeiros dicionários da Real Academia, organizados no século XVIII (1726 e 1780), por serem estes pioneiros da tradição lexicográfica espanhola.

Para a análise desenvolvida neste trabalho, nos apoiamos em algumas propostas da Análise do Discurso (AD) francesa de base enunciativa, com o objetivo de reconhecer e discutir “categorias de pessoa”, segundo Benveniste (1966) (1995) e Fiorin (1996). Nosso foco de análise está centrado nas formas que a Academia

Espanhola emprega nos prefácios para referir-se a si própria e a instâncias outras, aquelas que “não são” a RAE. Buscamos estabelecer uma nomenclatura para informar sobre as fronteiras entre tais diversidades e decidimos nomear o que remete à Academia, “referência interior” (ou simplesmente RI) e o que remete a outras instâncias, “referência exterior” (ou RE).

A Real Academia e duas obras lexicográficas

A Academia Espanhola é uma instituição que se estabelece no princípio do século XVIII afiançada e protegida pelo rei espanhol Felipe V. Desde a sua instalação, em 1713, revelam-se os princípios fundadores que estão na base das ações relacionadas à política lingüística que norteia a Academia, determinada pelos “Estatutos” criadores. Uma dessas evidências se percebe através de seu emblema, um crisol ao fogo, complementado pela legenda “Limpia, fija y da esplendor”. Isso implica no fato de a RAE nascer com o propósito determinado de fixar a língua, livrá-la de impurezas e dotá-la do esplendor que lhe é devido, segundo os informes contidos nas páginas iniciais do Dicionário da língua castelhana, publicado pela RAE em 1770 (DICCIONARIO DE LA LENGUA CASTELLANA, 1770, p. 14). Para atingir essas metas em relação à língua, a Real Academia deve, então, realizar um “dicionário copioso e exato” (DICCIONARIO DE LA LENGUA CASTELLANA, 1726, p. 1). Atendendo a suas proposições fundadoras, a Academia Espanhola publica entre 1726 e 1739 os seis tomos do *Diccionario de la lengua castellana*, mais conhecido por *Diccionario de Autoridades* (ou DA). A obra lexicográfica recebe esse “apelido” porque recolhe, com o objetivo de acreditar os lemas, os fragmentos de uso da língua castelhana tomados, principalmente, embora não exclusivamente, de autores de prestígio junto à Academia, de acordo com o prólogo de 1726.

O DA foi bem acolhido, enquanto obra lexicográfica, pelos especialistas da área. Apesar disso, na segunda metade do século XVIII, precisamente em 1780, a RAE decide reduzir *Autoridades* a um só volume, argumentando que é fundamental tornar o uso do dicionário mais fácil e economicamente acessível ao público que o utiliza. Preserva, contudo, os verbetes do *diccionario antiguo*², retirando as “autoridades” que marcaram a obra, e identificam o primeiro dicionário acadêmico. Dessa forma, surge o atual *Diccionario de la lengua española* — comumente designado DRAE — que passa, em 1925, na 15^a edição, a levar o nome pelo qual é conhecido até os dias de hoje. Assim, lembremos que *Diccionario de la lengua castellana* foi a denominação dada ao DRAE desde a 1^a edição, de 1780, até a 14^a edição, de 1914. O dicionário acadêmico é publicado com intervalos de certa regularidade até o presente, somando vinte e duas edições em 2001. No principal espaço de circulação das obras da RAE — o mundo hispânico — se reconhece o papel normatizador e regulador inerente à Academia que está “colado” a ela desde a sua fundação, no século XVIII. Em decorrência desses papéis atribuídos à Academia, o dicionário produzido por ela incorpora as mesmas funções, “regular e normatizar” a língua (FERREIRA, 2002).

Atentos às funções e ao prestígio da Academia Espanhola (FERREIRA, 2002) junto aos que têm alguma forma de relacionamento com a língua, sejam especialistas em estudos lingüísticos ou leigos, procuramos oferecer um breve exame de dois prólogos, um do DA (1^a edição, 1726) e um do DRAE (1^a edição, 1780), obras precursoras de cada categoria.

Conceitos-chave: “pessoas” e “não-pessoa”

O suporte teórico deste trabalho considera propostas apresentadas por Émile Benveniste (1995) e José Luiz Fiorin (1996). Este autor faz considerações e traz

reflexões sobre o trabalho modelar de Benveniste acerca de “categorias de pessoa” e, tomando tais contribuições, procuramos delinear uma base que nos permitisse analisar os dois prólogos aqui apresentados. Nos seus estudos, Benveniste (1995), traça distinções entre “pessoa verbal e sujeito”, apontando que nem sempre serão coincidentes e propõe que as “categorias de pessoa” sejam diferenciadas entre “pessoa e não-pessoa”. A “pessoa” está relacionada a “eu-tu” e mantém uma certa oposição com as formas “de terceira pessoa (o ele)”. Para o autor, as pessoas “eu-tu” se representam de modo distinto em relação a “ele” por razões diversas e, conectando à leitura feita por Fiorin (1996), conclui-se que “ele” pode ser uma multiplicidade de sujeitos, ou mesmo nenhum. Entretanto, “eu-tu” só podem intercambiar-se, assumindo ora um ora outro, a “subjetividade”, ou seja, a característica do sujeito, do “eu”, na enunciação. Dessa forma, “tu” e “eu” possuem unicidade específica e tudo o que não é “eu-tu” é relacionado à terceira pessoa (BENVENISTE, 1995). Em outras palavras, essa possibilidade de permuta entre “eu-tu” (as “pessoas”) não é aplicável à terceira pessoa (a “não-pessoa”). Entendem, ademais, Benveniste e Fiorin que a primeira e a segunda pessoas do plural não são reais pluralizações das pessoas correspondentes do singular, ao passo que a terceira efetua tal papel sendo, de fato, a pluralização da terceira pessoa do singular (BENVENISTE, 1995; FIORIN, 1996). Centramos nosso foco de interesse no emprego da terceira pessoa do singular em lugar da primeira do singular. Fiorin (1996) apresenta uma possibilidade como o que chama de “neutralização” da terceira pessoa. Destaca, também, que nessa estratégia se pode empregar muitas vezes um substantivo em lugar do pronome. Na neutralização, o enunciador se esvazia de “subjetividade” (“aproximação”) e se apresenta através de seu papel social. Levando em conta que a expressão da “subjetividade” só tem relevo na 1ª pessoa, “ele” faz parte do discurso enunciado por “eu” (BENVENISTE, 1995). Fiorin, também, aponta que não existe “objetividade” (“distanciamento”) na linguagem — o que há são “efeitos de sentido” produzidos “por apagamento das marcas de

enunciação no enunciado e por controle dos termos mais nitidamente avaliativos”. Na “embreagem”, a primeira pessoa é o lugar da “subjetividade” e a terceira, da “objetividade”. Propõe, ademais, o autor que “empregar a terceira pessoa no lugar de outra qualquer é ressaltar o papel social em detrimento do individual, objetivar o enunciado e esvaziar a pessoa” (FIORIN, 1996). Ainda para dar suporte a nosso exame dos prólogos, lembremos que os conjuntos de morfemas que expressam ou indicam a “pessoa” são os pronomes pessoais, os pronomes possessivos e as desinências verbais de número e pessoa (FIORIN, 1996, p. 61).

Passamos, a seguir, a examinar os dois prefácios que são apresentados aos usuários dos dicionários da RAE em estudo, levando em consideração os subsídios da AD apresentados, resgatando as menções à Academia nas “referências interiores” e a outras instâncias “nas referências exteriores”.

As “pessoas” e as “referências” nos prólogos da RAE

A partir das observações realizadas nos prefácios, afirmamos que é possível identificar o perfil que a instituição acadêmica constrói para si própria e que se revela através dos preâmbulos dos dicionários. A RAE se apresenta sob os sintagmas “Academia” (e suas variantes, *Real Academia Española*, *Academia Española*) e, ainda, “Constituição”, “Corpo literário”, “Corporação”, “nosso Instituto”, ao longo das páginas dos preâmbulos das vinte e quatro edições dos dicionários (duas do DA e vinte e duas do DRAE), freqüentemente emitindo juízos acerca de sua atuação. Podemos comprová-lo nos fragmentos retirados dos primeiros dicionários da língua castelhana:

(frag. 1) **Habla** la Académia de las Etymologías con el **pulfo y moderación** que corresponde al peligro de errar (DICCIONARIO DE LA LENGUA CASTELLANA, 1726, p. 3, grifos nossos).

(frag. 2) *Como la **ACADEMIA** trabaja siempre en dar al suyo³ toda la perfeccion y aumento que **puede**, nunca **cesa** de recoger voces con que enriquecerle, aun de aquellas letras que se han publicado ya* (DICCIONARIO DE LA LENGUA CASTELLANA, 1780, p. 2, grifos nossos).

(frag. 3) *Si esta obra mereciese aceptacion, y llegase el caso de reimprimirla, se añadirán todos los aumentos y correcciones, que se hubieren hecho al tiempo de la reimpresion. Entretanto **espera** la **ACADEMIA**, que el Público disimulará los defectos que encontrare en ella, en atencion al **zelo** con que **procura desempeñar** las obligaciones de **su** instituto, proponiéndose siempre por objeto en todas ellas la pública utilidad* (DICCIONARIO DE LA LENGUA CASTELLANA, 1780, p. 2, grifos nossos).

Entendemos, ao observar esses três fragmentos, que quando a RAE se outorga o papel de levar o dicionário à perfeição (frag. 2), buscando o esgotamento completo de suas tarefas, se está atribuindo um papel significativo e de destaque quanto ao enriquecimento do dicionário. Nos trechos reproduzidos, se nota que a RAE faz “referências interiores”, empregando a terceira pessoa do singular através do substantivo *ACADEMIA*. Esse nome concorda com as formas verbais *habla, trabaja, puede, cesa, espera, procura* (frags. 1, 2 e 3), além de estar em consonância com o determinante *su* (em *su instituto*, frag. 3). Há, também, um termo de dupla função, o possessivo *suyo* (frag. 2), que remete tanto à RAE quanto ao dicionário. Ademais, observam-se substantivos que dão imagem positiva às atividades da RAE, como *zelo*, que, por extensão, faz com que se considere a Academia *zelosa*. Ocorre o mesmo com *pulso y moderación* (frag. 1), que apontam para a idéia de que a RAE é enérgica e, ao mesmo tempo, equilibrada em sua ação. Tomando aportes de Fiorin (1996), reconhecemos a “neutralização” da terceira pessoa. Uma vez que *Academia* é, na verdade, primeira pessoa do singular, o “eu” que se apaga no seu “dizer”.

Além dessa imagem voltada para si, há uma outra que se estabelece nos prefácios sobre o “que não é” RAE, ou seja, acerca das “referências exteriores” (RE). Dentro desse grupo que nomeamos “referências exteriores”, estão os leitores da obra lexicográfica em geral — o público — ou, ainda, indivíduos nomeados especificamente como filólogos, autores de dicionários, reis espanhóis ou de outros países. Também se

incluem no conjunto das RE os benfeitores da RAE, as Academias de Língua colaboradoras, as Academias de variados campos do saber. Há alusões, ademais, a sábios, a estrangeiros, a autores, entre muitas possibilidades de menção ao “exterior”. Algumas dessas RE se reconhecem nos textos introdutórios ao longo das várias edições do dicionário acadêmico, e, aqui, na reprodução do trecho do Dicionário de Autoridades, o primeiro publicado pela RAE:

(1) *10 También le anotan las voces de la Geringonza à Germanía, de que suelen ufar los que vulgarmente le llaman **Gitanos**, y los preciados de guapos para entenderle entre sí, segun la explicación que de ellas hizo **Juan Hidalgo** en su Vocabulario, y se halla en el de las Lénguas Elpañólas y Francefa de **Céfar Oudin**, impreflo en Bruselas el año de 1625 (DICCIONARIO DE LA LENGUA CASTELLANA, 1726, p. 4, grifos nossos).*

Contrariando, no entanto, a variedade de “referências exteriores” que encontramos em *Autoridades* de 1726, o prefácio do primeiro DRAE inclui somente uma RE — “Público” — constatável neste fragmento da obra de 1780.

(2) *Entretanto el **Público** carece de un DICCIONARIO completo, porque se ha acabado del todo la primera edicion (DICCIONARIO DE LA LENGUA CASTELLANA, 1780, p. 1, grifo nosso).*

Comparando os dicionários, *Autoridades* se contrapõe ao DRAE quanto às “referências interiores” e “exteriores”, uma vez que no DA predominam as RE e no DRAE aqui examinado, são mais freqüentes as RI. Isso significa que o prólogo do dicionário que inaugurou a trajetória lexicográfica da RAE (o DA) se volta mais ao “exterior”, enquanto o do primeiro dicionário usual da Academia (DRAE) está mais centrado nas referências da instituição sobre ela mesma, no “interior”. As “referências” de ambos se organizam através da terceira pessoa do singular para remeter à RAE ou para aludir ao “que não é” Academia (tanto a não-pessoa quanto a pessoa tu), usando o recurso de “falar” “sobre” as instâncias e não “com” as instâncias. Nota-se, também, nessas escolhas apresentadas nas páginas introdutórias, o “esvaziamento da

subjetividade” (FIORIN, 1996) através do emprego da “não-pessoa” (BENVENISTE, 1995).

Considerações finais

Em nossa abordagem, portanto, procuramos detectar que imagem a Real Academia Espanhola de Língua tem de si mesma (“referências interiores”) e aquela que faz do outro, do “exterior” (“referências exteriores”) a ela — e que transparecem, ambas, nos prólogos dos dicionários. Ao buscar as marcas que indicam/ identificam as “categorias de pessoa”, concluímos que a utilização mais freqüente da terceira pessoa em lugar da primeira (do “eu”) ou mesmo da segunda (do “tu”) cumpre duas funções nos prólogos. Além de provocar efeito de “apagamento” da “subjetividade”, por se mostrar a partir de um lugar aparentemente “afastado” (“o papel social”), funciona como uma estratégia da RAE para assinalar sua posição de autoridade enquanto instituição que regulamenta e norteia as questões que dizem respeito à língua espanhola.

Referências

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Néri; revisão do Prof. Isaac Nicolau Salum. 4. ed. Campinas: Pontes, Ed. da Unicamp, 1995.

DICCIONARIO de la lengua castellana. Por D. Joachin Ibarra, Impresor de Cámara de S.M., Tomo Primero, Madrid, 1726. Disponível em: <www.rae.es>. Acesso em: mar. 2008.

_____. Por D. Joachin Ibarra, Impresor de Cámara de S. M., Tomo Primero, segunda impresión corregida y aumentada, letras A-B, Madrid, 1770. Disponível em: <www.rae.es>. Acesso em: mar. 2008.

_____. Por D. Joaquin Ibarra, Impresor de Cámara de S.M. y de la Real Academia, Madrid, 1780. Disponível em: <www.rae.es>. Acesso em: mar. 2008.

FERREIRA, Angela Marina Chaves. *Unidade e diversidade da língua em duas edições do Dicionário da Real Academia Espanhola (1947 e 1992): o léxico indígena mexicano*. (Dissertação de Mestrado), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação — as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Editora Ática S. A., 1996.

Notas

¹ Com referência ao “outro” que conforma o título, esclarecemos que estamos considerando esta designação como qualquer entidade que não seja a RAE. Ao longo deste trabalho, apresentaremos nossas possíveis soluções para nomeá-lo de maneira própria.

² *Diccionario antiguo* é uma das formas de fazer referência ao *Diccionario de Autoridades* empregada pela RAE.

³ *Suyo* retoma o dicionário, referido no parágrafo anterior do exemplo tomado, não incluído aqui por questões de economia de espaço, determinadas pela natureza do trabalho.